

# ER

EDUCAÇÃO & REALIDADE

v.25 n.1



OS NOMES  
DA INFÂNCIA

DEZ-JAN/JUL 2000

**JAN/JUN 2000**

**OS NOMES  
DA INFÂNCIA**



**Educação & Realidade Porto Alegre v.25 n.1 p.5-283 jan./jun. 20**



## OS NOMES DA INFÂNCIA

Desde que Phillippe Ariès nos ensinou que não existe “a” infância, ou seja, que ela não esteve desde sempre aí, de um mesmo e constante modo, tratamos de entender, esmiuçar, investigar, multiplicar esse conceito – mormente nos campos da educação, da psicologia e da psicanálise, entre outros –, tentando vê-lo nas suas inúmeras faces, e com o objetivo de dar conta da enorme complexidade posta em jogo por esse “tema”. Afinal, de que falam aqueles que anunciam, por exemplo, a “morte da infância” em nossos dias? E de que falam aqueles que insistem em ver nela, ainda, a doce, pura, inesquecível e saudosa “aurora de nossas vidas”? Entre os ditos sobre a aurora e a morte da infância certamente circulam outros e infindáveis discursos sobre esse ser por tantos nomes chamado – criança, infante, bebê, filhote, pequenino, aprendiz, “baixinho” –, que tão no centro está das preocupações educacionais, psicopedagógicas, governamentais, acadêmicas, paternas e maternas, médicas, terapêuticas, publicitárias e midiáticas deste nosso tempo.

Em outras palavras, compreender que a infância não existe essencialmente, que é construída, etc, isso não é tudo. O que se quer – e este é o objetivo do Tema em Destaque deste número de *Educação & Realidade* – é problematizar os modos de existência da infância neste momento, particularmente em nosso País, onde convivem, por exemplo, crianças trabalhadoras, absolutamente roubadas em seus direitos básicos, e crianças robôs, monitoradas por agendas ensandecidas que lhes tomam a mínima alegria de viver, sem citar outras, abandonadas em suas casas ou nas ruas, ou então precocemente imersas na macaquite adulta das passarelas de moda.

Interessa-nos trazer à tona não só o mito da criança feliz, o Menino Jesus de Fernando Pessoa, “a Eterna Criança, o deus que faltava”, “o humano que é natural”, “o divino que sorri e brinca”, como também a profunda ironia e a cortada dor da memória de Graciliano Ramos, em seu pungente romance *Infância*, em que a escola, por excelência, talvez seja a reminiscência mais intensa e também a mais violenta. São muitas as passagens desse livro a lembrar aqui, mas esta, em que o autor narra a chegada de um menino à escola, é bem exemplar:

*Dias depois, vi chegar um rapazinho seguro por dois homens. Resistia, debatia-se, mordía, agarrava-se à porta e urrava, feroz. Entrou aos arrancos, e se conseguia soltar-se, tentava ganhar a calçada. Foi difícil subjugar o bicho brabo, sentá-lo, imobilizá-lo. O garoto caiu num choro largo. Examinei-o com espanto, desprezo e inveja. Não me seria possível espernear, berrear daquele jeito, exibir força, escoicear, utilizar os dentes, cuspir nas pessoas, espumante e selvagem. Tinham-me domado. Na civilização e na fraqueza, ia para onde me impeliam, muito dócil, muito leve, como os pedaços da carta de A B C, triturados, soltos no ar”<sup>2</sup>.*

Sob o título “Os nomes da infância” *Educação & Realidade* reúne neste volume seis artigos que contemplam um pouco (ou muito) da complexidade a que nos referimos acima. Na abertura, temos o texto de Leandro de Lajonquière, “Freud, sua educação para a realidade e a ilusão (psico)pedagógica de nossos dias”, em que o autor examina a problemática da educação (da criança) em Freud, desde seus escritos de 1905 – os quais relacionavam “o padecimento psíquico e a moral sexual da época” – até o momento em que formula sua “educação para a realidade”, em 1927. Esta, segundo Lajonquière escreve, estaria sendo proposta por Freud em oposição à educação almejada pela pedagogia religiosa e moral de então. Ou seja: tratava-se de educar para o desejo, de modo a permitir “o reconhecimento da impossível realidade do desejo, ou seja, do caráter artificial de seu estofamento mascarado, precisamente, pelas ilusões religiosas”.

Mas o que isso tem a ver com a educação atual? Para Lajonquière, estaríamos neste campo bastante tomados pelo que ele chama de um certo fundamentalismo psiconaturalista: educar parece que cada vez mais se torna uma ação ligada à estimulação de uma série interminável de capacidades psicomaturacionais. Quanto à criança, bem, esta parece tornar-se cada vez mais objeto de saberes super-especializados, preferencialmente os da área psicológica; quanto à educação, esta tende a apoiar-se fortemente numa razão didático-instrumental. A pergunta é: estaríamos substituindo a ilusão religiosa problematizada em Freud por outra ilusão, a psicopedagógica? Para Lajonquière, o fundamentalismo psiconatural de nossos dias é bem capaz de não só neutralizar na criança a vontade de saber, mas também propiciar aos adultos um

tranquilo controle sobre esse outro infantil, cercado de normas e prescrições que se estendem e se justificam para além do espaço estritamente escolar e pedagógico.

Em “O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder”, Maria Isabel Edelweiss Bujes apóia-se no problema da vontade de saber e da vontade de poder, tal como foram formulados por Michel Foucault, para analisar discursos recentes do Ministério da Educação, que tratam da questão curricular na educação infantil. Outros autores, como Julia Varela e Thomas Popkewitz, são utilizados para explicitar artes e artimanhas de governar a infância, até que Maria Isabel adentra os documentos do Referencial Curricular Nacional (RCN), particularmente aqueles materiais referidos à educação de crianças de zero a seis anos. Nesse momento, a autora mostra de que modo se constroem os discursos institucional (do poder político – MEC) e científico (especialmente o do campo psicológico). Chama a atenção para as tramas de uma discursividade feita de enunciados sobre desenvolvimento integral, direito à cidadania, atendimento de qualidade, melhoria do atendimento educacional, e mostra como se passa, historicamente, de um discurso da equidade para um discurso fortemente marcado pela busca da eficácia, da produtividade e da eficiência da educação. Ou seja, qualidade e cidadania tendem identificar-se com um tipo muito específico de racionalidade, de cores nitidamente iluministas. A autora problematiza os documentos oficiais, questiona seus pressupostos e convida a lermos esses materiais a partir de uma rica teia de argumentos através dos quais podemos reconstituir um pouco dos regimes de verdade do nosso tempo.

Os nomes da infância nos projetos governamentais certamente têm uma história e são tecidos de tantos outros, que remetem, por exemplo, a Descartes, Santo Agostinho, Rousseau, Hegel, Ariès, e assim por diante. Paulo Ghiraldelli Jr. faz exatamente isto: conta-nos a história de diferentes concepções de infância, mostrando-as particularmente em suas diferenças e rupturas, de Rousseau a Richard Rorty. O autor discute, por exemplo, a relação entre infância e filosofia em Rousseau – ou seja, a relação entre pureza/inocência e acolhimento da verdade; e contrapõe essa concepção a outra, trazida por Nabokov em seu romance *Lolita*, uma história em que a infância nada tem de puro, bondoso ou inocente. Outra narrativa ficcional, *As aventuras de Pinóquio*, de Collodi, servem para Ghiraldelli discutir um terceiro caminho: a criança nem boa nem má, muito menos “natural”, mas alguém que, boneco de pau, deveria fazer o bem para “tornar-se menino de verdade”: é a infância como possibilidade, como construção. O autor discorre sobre algumas teorias educacionais e suas concepções de infância – Herbart, enfatizando a teoria da mente; Dewey, o pensamento e a prática democráticos; Paulo Freire, a radicalidade do homem oprimido –, discutindo-as uma em relação à outra e especialmente problematizando a concepção de infância presente em cada uma delas. Finalmente, oferece-nos um estimulante debate pontuado pelas formulações de filósofos como

Rorty e Davidson, e conclui que a teoria pós-moderna nada diz de especial sobre as crianças, mas convida a estarmos atentos às diferentes metáforas sobre o infantil, de modo que, quem sabe, possamos “inventar novos direitos democráticos, para *todas* as crianças”.

“E os pequeninos, Senhor?” – com essa pergunta, Sandra Mara Corazza compõe o título de seu artigo sobre “Inocência e culpa na Pastoral Educativa”, e brinda leitores e leitoras de *Educação & Realidade* com uma bela análise foucaultiana em que, basicamente, afirma a estreita relação entre o estatuto da criança no discurso religioso bíblico e o estatuto da criança no discurso educacional, particularmente em Comenius e seus enunciados sobre as “plantazinhas do céu”. *A Bíblia* e a *Didacta Magna* são aproximadas em função de um lugar de poder das crianças: os adultos a ela devem sujeitar-se, uma vez que elas são inocentes em face do Pecado Original. Sandra vai além e descobre, no discurso comeniano, também a imperfeição das “plantazinhas” e a correlata necessidade da educação, sobretudo da escola. Esse tema interessa à autora, especialmente na medida em que possibilita a imersão em discursos que produziram e produzem o “ser infantil” do presente. E, nessa imersão, Sandra se detém, a seguir, no rito cristão do batismo – pelo qual a criança nascia outra vez, agora de uma nova família, a espiritual. Esse ritual é descrito em detalhes, tal como ocorria em diferentes épocas, para Sandra então argumentar que o batismo seria de fato a “matriz geral da infânciade ocidental”, “a primeira intervenção de ortopedia moral que o Ocidente realizou sobre o corpo infantil”. Tal matriz, segundo lemos no texto, teria dado lugar, depois, justamente ao poder disciplinar da educação escolar. Trata-se de dois dispositivos distintos porém amalgamados entre si: batismo e educação escolar – com todas as suas refinadas técnicas e tecnologias, seus sofisticados exercícios de poder, organizados saberes, em suma, suas estratégias de conversão e de controle do infantil.

O quinto artigo a compor “Os nomes da infância” é de Maria Carmen (Lica) Silveira Barbosa, em que a autora discute um tema bastante familiar aos educadores que trabalham com Educação Infantil: a rotina. Em “Fragmentos sobre a rotinização da infância”, temos inicialmente um apanhado de como pensadores (de Rousseau a Maria Montessori, passando por Pestalozzi e Froebel) trataram do tema da rotina em seus textos fundamentais sobre educação infantil e, mais adiante, uma cuidadosa revisão do próprio conceito de rotina – visto em relação a outros, a ele próximos, como os de cotidiano, ordinário, etc. Finalmente, a autora passa a tratar do problema da institucionalização e da rotinização da infância, ou seja, das propostas de normalização e educação das crianças pequenas, feitas especialmente ao longo do século XX, mas que tiveram seus começos nos séculos anteriores, com a criação de berçários, casas-asilo, lactários. O questionamento que a autora faz, nesses seus “Fragmentos”, diz respeito ao que também Maria Isabel Bujes assinala em seu artigo: há formas cada vez mais sofisticadas de atender a criança pequena, de cercá-la de

cuidados, segundo “prescrições científicas” e “qualidade de atendimento”. De que poderes se trata? De que saberes? Não estaria se tornando a desigualdade ainda mais presente do que o respeito à diversidade, quando se trata da institucionalização e das rotinas da educação infantil?

Para encerrar o Tema em Destaque deste número, Jane Felipe escreve “Infância, gênero e sexualidade”. O artigo trata de representações de gênero e sexualidade em revistas pedagógicas e livros que circularam na cidade de Porto Alegre (RS), na primeira metade do século XX. Utilizando reflexões teóricas do campo dos Estudos Feministas, numa perspectiva pós-estruturalista de análise, Jane Felipe analisa com muito cuidado os documentos de seu *corpus* de investigação, mostrando o quanto o processo de escolarização esteve (e está) ligado ao controle dos corpos e da produção de determinados comportamentos, próprios de ser do menino ou da menina, do homem ou da mulher. O estético e o higiênico, por exemplo, não se separam do moral e do atitudinal; assim, beleza e simplicidade dizem respeito ao sexo feminino – segundo se lê num dos manuais estudados. Estão ali, em cada um dos documentos, a preocupação classificatória dos indivíduos, o lugar distintivo dos meninos, o controle do prazer das crianças, a defesa da ignorância dos pequenos em relação à sexualidade e a correlata recomendação da vigilância permanente por parte dos adultos, e assim por diante. Mais uma vez, um modo de ver a infância, de nomeá-la e de construí-la. Sobretudo de exercer poder sobre sua condição de “infame”, como nos diria Foucault.

Nossos Temas Especiais em Educação, neste número, contam primeiramente com o sério e criativo estudo de Dagmar Estermann Meyer – “Cultura teuto-brasileira-evangélica no Rio Grande do Sul: articulando gênero com raça, classe, nação e religião”. Dagmar trata neste artigo de como representações específicas de masculinidade e feminilidade tiveram produtividade na constituição de uma determinada cultura de migrantes alemães no Rio Grande do Sul. Há momentos preciosos no texto, como aquele em que a autora trata da representação da mulher como *mãe da nação*, em contraponto com aquelas representações de fragilidade e vulnerabilidade do feminino; ou, em seguida, quando estabelece uma relação entre mulher/homem, terra/território, nacionalidade/cidadania. Cada representação é mostrada em suas múltiplas especificidades (de gênero, culturais, religiosas e econômicas), nas formas amplas de sua heterogeneidade e diversidade. Tem-se aí o resultado de um trabalho genuíno, de articular nação, classe social, raça e religião, a partir do foco principal – as representações de gênero num determinado tempo e lugar. Uma operação que, segundo Dagmar afirma ao concluir o artigo, tornou-se para ela o “atrativo especial” na elaboração de seu texto.

Em “Habermas e a transformação pós-moderna do conceito de formação”, Rosa Maria Martini destaca a importância do filósofo alemão e sua teoria da ação comunicativa, para o campo da educação. O conceito de ação comunica-

tiva, segundo a autora, estaria diretamente ligado à formação para o discurso competente, aos processos sociais de aprendizagem em direção à responsabilidade com o outro, na e pela comunicação. Para discutir esse tema, Rosa Martini expõe os pressupostos de Habermas sobre o que denomina razão comunicativa e centra a atenção no conceito de formação – o qual, em Habermas, não se separa do competente uso da argumentação, que estaria no centro dos processos formativos, ou seja, das múltiplas e diferenciadas aprendizagens sociais, sejam elas aprendizagens de expressão, estéticas, cognitivas ou morais. A autora refere, ao final, algumas conseqüências importantes da filosofia habermasiana para o campo da filosofia da educação. Uma delas: a de que investigar o social a partir do estudo de procedimentos discursivos também seria uma forma de educar e de desinstalar o educador de suas prévias e cristalizadas certezas.

Gilles Deleuze e Michel Foucault são os autores a partir dos quais Cristianne Maria F. Rocha constrói seu artigo, intitulado “Entre palavras e coisas... infinitos controles”. Temos aí um ensaio que sintetiza vários dos questionamentos que, na contemporaneidade, temos feito à ordem do mundo em que vivemos: basicamente, aqueles que dizem respeito aos controles-sem-fim de uma sociedade que busca tudo tornar visto e visível, avaliável e avaliado, em suma, governado e governável. Ao concluir, Cristianne cita Gianni Vattimo e imagina, com ele, não um ultrapassamento crítico desse mal-estar, mas, quem sabe, uma “aceitação-convalescência-distorção”, para um francamente novo começo.

Em “El fetichismo y la didáctica”, Graciela Cappelletti parte do conceito de fetiche, de Freud, para afirmar que um certo tipo de discurso didático, no campo da educação, estaria fortemente apoiado em enunciados que são transformados em verdadeiros fetiches. A partir de autores como Esteve Zarazaga, Antonio Montesinos e Bourdieu, a autora analisa alguns conceitos e expressões da didática, bastante difundidos: por exemplo, “conteúdos socialmente significativos”, “conhecimento compartilhado”, “paradigma ecológico”, “mediação”, “saberes prévios”, e tantos outros, e mostra seu caráter de imprecisão, superficialidade, e ao mesmo tempo de verdade inquestionada. Ou seja, Graciela questiona o mundo da didática, a partir de uma análise da linguagem que a constitui e do campo (Bourdieu) da própria didática. Ao concluir, a autora propõe a tarefa de que se desconstrua o discurso fetichizado da didática, já que nenhuma prática pode apoiar-se “num discurso vazio de conteúdo real”.

Liliana Alicia Cohen encerra nossos Temas Especiais em Educação, com seu artigo “Necesariedade teórica y validación de la práctica psicopedagógica: algunos problemas”. Mais uma vez, neste número, a psicopedagogia em questão. A autora problematiza a tendência, nesse campo, a se aplicarem conceitos e métodos de diferentes teorias, sem que se faça a devida e necessária reflexão epistemológica a respeito. Para tanto, faz uma revisão histórica de como emergiu e se desenvolveu a psicopedagogia, como prática de intervenção, os sabe-



res de que se vale, os conceitos com que opera (por exemplo, o de sujeito do conhecimento) e, finalmente, propõe que os profissionais dessa área assumam uma atitude de “rigorosa vigilância epistemológica”, de modo a não deformar os conceitos de outras teorias e obrigá-las a dizerem “o que não dizem”.

Nas Resenhas Críticas deste número, dois assuntos da maior importância: a infância (afinal, este é o nosso Tema em Destaque) e a filosofia da educação. Carlos Henrique Kessler resenha o livro de Leandro de Lajonquière, *Infância e ilusão (psico)pedagógica*, destacando as saudáveis provocações do autor à pedagogia e a seu modo de tratar a infância, a aprendizagem, a disciplina, o saber e o desejo. Marcelo Rezende Guimarães, por sua vez, apresenta o livro *O que é filosofia da educação?*, sintetizando o que vários autores, brasileiros e estrangeiros, escrevem sobre a filosofia da educação que se faz neste país (e fora dele) e, principalmente, sobre a importância – assinalada pelos autores do livro – de pensadores como Nietzsche, Deleuze, Wittgenstein, Dewey, Rousseau, Descartes, entre tantos outros, para o pensamento educacional.

A passagem pelos artigos deste número de *Educação & Realidade* talvez nos faça pensar que, como bem nos escreve Sandra Corazza, “o bom infante acabou”. Inspirada no Foucault de *As palavras e as coisas*, Sandra completa: “Neste mundo de agora, o bom infante é uma figura de areia entre uma maré vazante e outra montante. Uma composição, que só aparece entre duas outras: a de um passado que o ignorava, a de um futuro que não o reconhecerá mais. Será isto o anúncio de uma nova *aurora* de nossas vidas, da qual não sentiremos tantas saudades assim? Pode ser que indique a necessidade de interromper a subida da ladeira de *sempre mais verdade da infância*, à qual tantos séculos nos fadaram, e a urgência de inventar, de A a Z, uma relação e um modo de vida com os infantis, ainda sem nome, sem forma e sem forças definidas”.

Boa leitura. Obrigada a todos os colaboradores. E até o próximo número.

**Rosa Maria Bueno Fischer**  
Editora

#### Notas

1. In: PESSOA, Fernando. Poemas de Alberto Caeiro. O guardador de rebanhos. Poema VIII. In: \_\_\_\_\_. *O Eu profundo e os outros Eus*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 144.
2. In: RAMOS, Graciliano. *Infância*. Rio de Janeiro: Record, 1992, p. 107-108.

P.S.: Uma observação, relativa ao artigo de Avelino da Rosa Oliveira, “Exclusão social e educação: um novo paradigma?”, publicado em *Educação & Realidade*, Volume 24, número 2, p. 59-73. Deixamos de publicar a seguinte nota:

“Este texto foi elaborado originalmente em 1999, como tarefa final do seminário avançado Sociologia e Educação: a construção do objeto de pesquisa (PPGEDU/UFRGS). Foi apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC, no simpósio ‘O paradigma da exclusão: discussão conceptual e pesquisa em educação’. O autor faz um agradecimento especial à professora Maria Helena Degani Veit, pela orientação bibliográfica recebida”.